



## Universidades Lusíada

Lopes, José Álvaro da Cruz de Assis, 1947-  
Seirôco, Ana Rita Rodrigues, 1980-  
Correia, Maria Manuela Marques Faia, 1967-

### **Uma análise nacional da estrutura e do trabalho realizado pelo poder local**

<http://hdl.handle.net/11067/155>

#### **Metadata**

**Issue Date** 2012

**Abstract** O artigo descreve o conjunto de análises que foram desenvolvidas de forma a ser caracterizado o trabalho levado a cabo pelas juntas de freguesia do Continente e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores junto das populações e qual o grau de satisfação dos utentes pelos serviços por elas prestados. Este trabalho reveste-se de importância acrescida dadas as novas medidas de racionalização administrativa que se pretende venham a ser adotadas e que se encontram atualmente em discussão. Num prim...

**Keywords** Administração local - Portugal, Serviço social - Portugal

**Type** article

**Peer Reviewed** No

**Collections** [ULL-FCEE] LEE, n. 14 (2012)

This page was automatically generated in 2024-09-12T09:32:23Z with information provided by the Repository

# UMA ANÁLISE NACIONAL DA ESTRUTURA E DO TRABALHO REALIZADO PELO PODER LOCAL

**José Álvaro Assis Lopes**

*Universidade Lusíada de Lisboa*

**Ana Rita Seirôco**

*Instituto Superior de Educação e Ciências*

*Escola de Ciências e Tecnologia*

**Manuela Faia Correia**

*Universidade Lusíada de Lisboa*



**Resumo:** O artigo descreve o conjunto de análises que foram desenvolvidas de forma a ser caracterizado o trabalho levado a cabo pelas Juntas de Freguesia do Continente e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores junto das populações e qual o grau de satisfação dos Utentes pelos serviços por elas prestados. Este trabalho reveste-se de importância acrescida dadas as novas medidas de racionalização administrativa que se pretende venham a ser adotadas e que se encontram atualmente em discussão. Num primeiro ponto descrevem-se as análises estatísticas que suportaram o desenvolvimento do trabalho. De seguida relatam-se as fases do projeto que concretizou a estrutura dos questionários dirigidos aos Presidentes das Juntas de Freguesia e aos Utentes e que constituem a base da investigação. Nos dois pontos seguintes enunciam-se sinteticamente todos os processos que foram conduzidos para o lançamento dos inquéritos e quais aqueles mais salientes referentes à informação recolhida. Finalmente são apresentadas as principais conclusões do estudo.

*Palavras Chave:* Juntas de Freguesia, utentes, serviços, grau de satisfação.

**Abstract:** The present paper describes a set of analysis developed in order to characterize the actions held by the Portuguese local parishes' councils, both in the mainland Portugal and in the islands of Madeira and Azores, by the population and degree of satisfaction with the local parish services expressed by the clients. This work is of particular relevant nowadays due to the current administrative rationalization measures that are to be implemented and that are already under discussion. We start by describing the statistical procedures developed. We then moved further by describing the project's phases that consisted of developing, validated and running two questionnaires: (1) targeted at the presidents of the local parishes councils and (2) targeted the Users/Clients of the local parishes' councils. In the following two section, we succinctly set out all the processes that were conducted for the launch of the surveys and what the most salient points regarding the information collected. Finally, the main conclusions of the study are presented.

*Key Words:* Local Parish' Councils, clients, services, degree of satisfaction



Nota - O artigo tem por base o estudo - Trabalho da Freguesia – Análise e Resultado desenvolvido para a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) pela Universidade Lusíada de Lisboa.



## 1. Introdução

O conteúdo do artigo enquadra-se no conjunto de investigações que constituíram o projeto “Trabalho da Freguesia – Análise e Resultado” que foi desenvolvido pela Universidade Lusíada de Lisboa de Março de 2009 até ao início de 2010. Neste trabalho estiveram envolvidos vários docentes da Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa e alunos das Licenciaturas em Gestão de Empresa, Gestão de Recursos Humanos e de Marketing e Publicidade. O financiamento do estudo foi suportado pela Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE).

Os principais objetivos do projeto poderão ser sintetizados nos seguintes pontos:

- Conhecer o funcionamento, métodos de trabalho, organização e a estrutura de suporte das Juntas de Freguesia Nacionais.
- Conhecer a eficiência destes órgãos autárquicos, atendendo ao tipo de recursos que dispõem para o desempenho das suas funções.
- Caracterizar a sua eficácia através do nível de satisfação dos Utentes.
- Desenvolver uma análise custo-benefício para determinar o benefício gerado a favor dos Utentes.

Este artigo descreve o conjunto de processos que foram desenvolvidos para se analisarem os três primeiros pontos atrás aludidos e apresenta as principais conclusões desse estudo.

Este trabalho reveste-se de importância acrescida dadas as novas políticas de racionalização administrativa que se pretende venham a ser adotadas no país e que se encontram atualmente em discussão. Pensam, no entanto, os autores que tentativas de uniformização não tendo em conta a diversidade de situações observadas levarão ao aprofundar do conjunto de desigualdades constatadas no Poder Local. Julga-se assim que a presente investigação poderá ser um contributo para uma maior clareza sobre o funcionamento e a ação prática das Juntas de Freguesia do Continente e das Regiões Autónomas. O novo quadro, seja ele qual fôr, terá naturalmente repercussões salientes de natureza económica e social, nomeadamente junto das populações locais.

O artigo está organizado de forma a revelar de forma clara a metodologia seguida, assim: Inicialmente enumeram-se o conjunto de análises prévias de natureza estatística que foram levadas a cabo de forma a suportar a aplicação dos questionários, particularmente no que concerne à caracterização de grupos homogéneos de freguesias os quais constituem elementos base de toda a investigação. No ponto seguinte, descrevem-se as principais fases do processo que conduziu à estrutura final dos questionários dirigidos aos Presidentes das Juntas de Freguesia e aos Utentes. Descreve-se, posteriormente, no ponto quatro, as ações de lançamento, aplicação dos questionários e a respetiva recolha de informação onde se conclui da representatividade das amostras obtidas. No ponto cinco, são referidos quais os seus resultados mais salientes. Finalmente, num último ponto, são apresentadas as conclusões mais relevantes do estudo.



## 2. Análises Prévias e Tipificação da Amostra

Num primeiro desenvolvimento houve a necessidade de se tipificar cada uma das freguesias nas suas múltiplas facetas de natureza demográfica, socioeconómica e de natureza fundiária. Foram, na circunstância, definidas 17 variáveis que cobriam as 4066 freguesias do Continente, as 119 da Região Autónoma dos Açores e as 47 da Madeira. Das 17 variáveis iniciais foram consideradas 8, divididas em três grupos: “variáveis demográficas”, “variáveis fundiárias e de localização” e “variáveis socioeconómicas”. A sua eleição e seleção foram concretizadas através de métodos estatísticos que envolveram a correlação linear e a análise de componentes principais. As suas denominações são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Variáveis consideradas na análise:

<b>Variáveis Demográficas</b>
População Residente
Densidade Populacional
Nível Etário Médio
<b>Variáveis Fundiárias e de Localização</b>
Área Cultivada
Área da Freguesia
<b>Variáveis Socioeconómicas</b>
Taxa de Analfabetismo
Taxa de Licenciados
Rendimento Médio <i>per Capita</i>

Depois de um conjunto operações estatísticas necessárias devido às características verificadas e através da composição das variáveis que anteriormente apresentámos, foram consideradas para o estudo final as seguintes variáveis:

- Atividade económica por ativo (Aea).
- Nível etário médio (Idade).
- Taxa de analfabetismo (Analf).
- Taxa de população licenciada (Licenc).
- Percentagem de área cultivada em relação à área da freguesia (Agroflo).
- Proximidade do litoral (Lit).

- População (Pop).
- Área da freguesia (Area).

Conforme descrito por St.Aubyn, A; Lopes, J. A. A.; Matos, J. M.; Justo, J. M. (2011), nas operações estatísticas e nos cálculos intermédios necessários para identificar as 8 variáveis utilizadas no estudo final, admitiu-se ainda que a dicotomia Litoral/Interior poderia conduzir a graus diferenciados de desenvolvimento, o que levou a introduzir uma outra variável que caracterizasse a distância da freguesia ao litoral (três faixas: até 50 Km, de 50 a 100 Km e mais do que 100Km), resultando a variável “Proximidade do litoral (Lit)”. Calculou-se ainda a atividade económica por ativo na freguesia, repartindo o valor do PIB (por concelho) através da percentagem do número de ativos da freguesia em relação ao número de ativos totais do concelho, dando origem à variável “Atividade económica por ativo (Aea)”.

Por razões que se prendem com as características específicas das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores as variáveis “Agroflo” e “Lit” não foram utilizadas dado estes territórios serem insulares e eminentemente rurais.

Para serem caracterizados grupos homogéneos de freguesias utilizaram-se técnicas de estatística multivariada, nomeadamente a Análise de Componentes Principais, que permitiu caracterizar cada indivíduo (freguesia) através de duas componentes que explicavam a maior parte da variância verificada. Através delas, foi ainda possível projetar as freguesias no 1º plano principal, obtendo-se uma metodologia para as separar. Da observação dos coeficientes que compõem a primeira componente é possível concluir que constitui um bom indicador do desenvolvimento relativo de cada freguesia, já que a segunda, embora com um poder explicativo razoável, é no entanto marginal em relação ao da primeira (para mais detalhe consultar: St.Aubyn, A; Lopes, J. A. A.; Matos, J. M.; Justo, J. M. (2011)).

O segundo processo utilizado foi a análise de “cluster’s” que levou a agregar as freguesias de tal forma que aquelas pertencentes ao mesmo conjunto fossem mais parecidas entre si do que a outros elementos de grupos diferentes.

Da análise de “cluster’s” concretizada para cada região definiram-se 8 grupos no Continente e 5 em cada uma das regiões insulares, cujos detalhes são apresentados nos Quadros 2, 3 e 4.

Quadro 2 - Caracterização dos grupos no Continente

Variável Grupo	Area	Idade	Analf	Licenc	Agroflo	Area	Pop
1	a	b	b	m/a	m	m/b	m/a
2	mb	a	ma	mb	a	m	b
3	ma	b	m/b	m	a	b	b
4	ma	b	b	A	m	a	a
5	a	m	mb	ma	b	b	a
6	mb	m/a	a	b	a	m/b	b
7	m/b	m/a	a	b	a	a	b
8	mb	m	m	m	a	b	b

Legenda: mb-muito baixo; b-baixo; m-médio; a-alto; ma-muito alto.

Quadro 3 - Caracterização dos grupos de freguesias na Região Autónoma da Madeira

Variável Grupo	Area	Idade	Analf	Licenc	Area	Pop
1	b	b	m	m	b	b
2	m	m	a	m	b	a
3	m	b	m	m	ma	m
4	a	m	a	b	mb	m/a
5	ma	m	b	a	a	mb

Quadro 4 - Caracterização dos grupos de freguesias na Região Autónoma dos Açores

Variável Grupo	Area	Idade	Analf	Licenc	Area	Pop
1	m	b	m	m	m	m
2	m	m	m	m	m	m
3	m	a	b	b	a	b
4	mb	m/a	a	b	mb	b
5	a	m	b	a	b	a

Esta discriminação, para o Continente, e a título de exemplo é apresentada na figura 1.

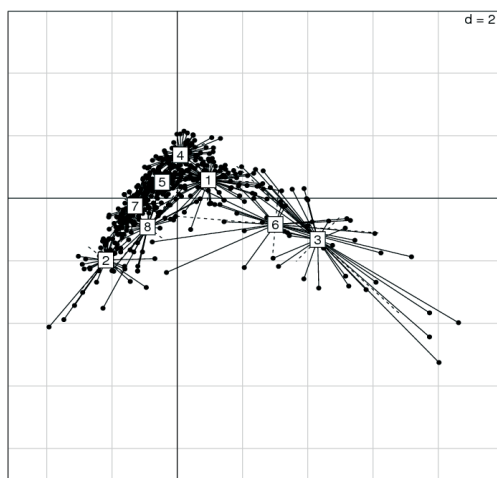


Fig. 1 - Agrupamentos estabelecidos para o Continente

Ao serem comparados os valores médios para cada variável em cada um dos agrupamentos verificam-se peculiaridades muito distintas o que revela um bom poder discriminativo das agregações formadas. Os grupos constituídos no Continente, metade deles têm características urbanas ou semiurbanas (1, 3, 4 e 5), os restantes são essencialmente de natureza rural com graus de desenvolvimento diferenciados.

Das cinco agregações que constituem a Região Autónoma da Madeira, apenas uma delas apresenta singularidades que a aproxima dos conjuntos mais urbanos do Continente (grupo 5), no entanto, a sua baixa densidade populacional e área relativamente elevada conduz a uma divergência significativa com aqueles do território continental. Este facto pode encontrar explicação nas características eminentemente rurais da região.

Nos Açores, tal como na Madeira, apenas um grupo apresenta semelhanças com grupos urbanos do Continente (grupo 5), as restantes agregações são essencialmente rurais com graus de progresso diversos.

### 3. Desenvolvimento dos Questionários

O inquérito por questionário possibilita obter dados, consistindo em apresentar um conjunto pré-determinado de perguntas à população (Hill, M; Hill, A., (2002)). Neste sentido, foram construídos de raiz dois inquéritos, um focado na análise da estrutura, organização e métodos de trabalho das Juntas de Freguesia

respondido pelos Presidentes destas autarquias e o outro dirigido aos Utentes de forma a conhecer o seu grau de satisfação relativamente à ação desenvolvida por estes órgãos autárquicos. O processo evolutivo de construção dos questionários envolveu etapas que se irão descrever de seguida e que sinteticamente se apresentam no Quadro 5.

Quadro 5 - Fases de Desenvolvimento dos Questionários

<b>Ação Desenvolvida</b>
<p><b>1. Delimitação da informação a recolher</b> (fontes documentais e entrevistas)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise de Legislação, Relatórios de Atividades e Opções do Plano, Sítios, Boletins, etc.</li> <li>• Entrevistas iniciais semiestruturadas com Presidentes de Junta</li> </ul>
<b>2. Formulação das questões - 1ª versão</b>
<b>3. Formulação das questões (versão final) e <i>Layout</i></b>
<b>4. Aprovação dos Questionários pela Entidade Financiadora do Estudo</b>
<b>5. Revisão do 1º Esboço do Questionário -1ª Versão Pré-Final</b> (inserção dos valores dos protocolos, logotipos oficiais)
<b>6. Revisão do 2º esboço do Questionário - 1ª Versão Pré-Final</b>
<b>7. Pré-teste</b>
<b>8. Entrevistas semiestruturadas (2º grupo - Porto Santo)</b>
<b>9. <i>Layout Final</i> - Solução <i>Qualen</i> (<i>Leitura óptica</i>)</b>
<b>10. <i>Layout Final</i> - Versões em PDF e Livro</b>
<b>11. Versão Final dos Questionários</b>
<b>12. Distribuição do Questionário Final</b>

A etapa de delimitação da informação a recolher, é uma das fases em que as tarefas efetuadas foram simultaneamente direcionadas para a construção dos dois questionários. Para ambos os casos, a informação foi recolhida e triangulada entre múltiplas fontes. Através das técnicas documentais analisaram-se suportes escritos, que permitiram uma análise qualitativa em profundidade do trabalho desempenhado pelas Juntas de Freguesia, mas sempre que disponível procedeu-se a uma análise quantitativa extensiva. Recorreu-se, por exemplo, à consulta de múltiplos “sites” de Freguesias, legislação relativa ao enquadramento das Juntas de Freguesia, análise dos Relatórios de Atividades, Opções do Plano e Orçamentos disponíveis na Internet relativos ao ano de 2008 e 2009, documentação relativa à “Contratualização de Competências”, ao “Papel das Freguesias na Administração Portuguesa” e o “Inquérito às Freguesias 2007”, Jornais diários e semanais.

As técnicas não documentais consistiram na recolha de informações através de entrevistas, e permitiram planear posteriormente aquelas semiestruturadas. Foram conduzidas, no total, cerca de três dezenas com Presidentes, ex-Presidentes de Juntas de Freguesia e corpos dirigentes associativos. É uma técnica adequada para obter informações sobre o que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem, desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram. O objetivo final da utilização desta prática era a construção dos inquéritos. Como já se tinha iniciado a tarefa de analisar a documentação relativa às Juntas de Freguesia, as questões colocadas centraram-se sobre o entrevistado e a sua atividade na Junta, bem como no esclarecimento de algumas dúvidas relativas ao seu funcionamento e de interpretação de legislação.

As entrevistas foram realizadas em três momentos. Este faseamento prendeu-se com o tipo de informação a recolher. Assim, numa primeira fase, efetuaram-se doze entrevistas que permitiram clarificar aspetos da documentação analisada. Na segunda, entrevistaram-se dois membros da Direção da Associação, para esclarecimentos de dúvidas e delimitação das áreas e questões chave a serem incluídas nos inquéritos. Na última fase, foram conduzidas treze entrevistas para validar e complementar as rubricas a incluir no questionário e verificar se existiam diferenças significativas entre as práticas seguidas em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas.

Quadro 6 - Caracterização e número de entrevistas semiestruturadas

TIPO DE FREGUESIA	LOCALIZAÇÃO				POLÍTICA	
	Localização		Continente ou Região Autónoma		Partido dos Presidentes da Junta e da Câmara	
	Litoral	Interior	Continente	Região Autónoma	Iguais	Diferentes
Áreas Predominantemente Urbanas (APU)	7	6	5	5	5	5
Áreas Medianamente Urbanas (AMU)	3	4	5	5	5	5
Áreas Predominantemente Rurais (APR)	1	1	3	2	2	1

Tal como se pode constatar no Quadro 6, a seleção dos entrevistados teve por suporte o conjunto de variáveis que constituiu a base da taxonomia caracterizadora das freguesias, nomeadamente: variáveis demográficas, socioeconómicas e de estrutura fundiária, localização da Freguesia (Continente ou Região Autónoma; Litoral e Interior) e partido político (Presidente da Câmara e da Junta serem ou não eleitos pelo mesmo partido político).

As entrevistas pararam quando se verificou saturação teórica, critério defendido pela Teoria Fundamentada nos Dados (Glaser, B.; Strauss, A. (2002)). Esta ocorreu no final de vinte sete entrevistas. Todas foram gravadas com consentimento dos entrevistados e a sua duração média foi de cerca de uma hora e trinta minutos.

Assim, desta etapa, resultou uma listagem das atividades ou serviços prestados pelas Juntas de Freguesia, que estão para além das suas competências próprias e que serviram de base à formulação de perguntas para os dois questionários.

### 3.1. Questionário aos Presidentes de Junta de Freguesia

No âmbito específico da formulação das questões do questionário dos Presidentes, procedeu-se à estruturação genérica do inquérito em três partes, sequencialmente interligadas. A primeira, foi subdividida em três grupos de forma a recolher dados identificativos e também caracterizadores das Freguesias. O se-

gundo subgrupo de questões, da primeira parte do inquérito, incidiu nos dados definidores do Executivo da Junta (Presidente, Secretário, Tesoureiro e Vogais), questionando-se qual o partido político, o regime em que as funções são exercidas e quantas horas de voluntariado são realizados, pelos quatro elementos. Neste segundo subgrupo, foram ainda inseridas questões focalizadas para a tipificação do Quadro de Pessoal, dos Funcionários Contratados, dos Serviços à Tarefa, bem como do Programa Ocupacional para Subsidiados. A partir deste subgrupo e até ao final do questionário, no sentido de se verificar a coerência das respostas e não tornar demasiado morosa a resposta ao inquérito, em todas as questões que remetem para funcionários/serviços e protocolos que a Junta pode ou não ter, foi primeiro introduzida uma escala nominal de “Sim” ou “Não”, e em caso de resposta negativa é solicitado que o respondente passe para a pergunta seguinte, dado que, se não tiver o serviço, não faz qualquer sentido que posteriormente responda às questões intermédias.

### 3.2. Questionário dos Utentes das Juntas de Freguesia

Conforme já referido, em termos do processo de delimitação da informação a recolher, o Questionário de Avaliação da Satisfação dos Utentes foi desenvolvido paralelamente ao Questionário dos Presidentes de Junta. Após a recolha e análise da informação necessária, construiu-se um primeiro esboço de inquérito, que cobria todas as áreas focadas no questionário dirigido aos Presidentes de Junta. Para o efeito, foi mantida a mesma ordem dos grupos de questões, sendo que desta feita as perguntas eram fechadas e as respostas dadas em escalas de tipo *Likert*. Dado que as perguntas para inquirir sobre a satisfação precisam de conhecimentos específicos, no questionário foram feitas duas perguntas: a primeira para investigar o conhecimento do serviço recorrendo a uma escala nominal de “Sim ou Não” e a segunda para investigar o grau de satisfação, caso houvesse conhecimento do serviço. À imagem do questionário dos Presidentes, e para uma posterior caracterização da amostra, acrescentou-se uma primeira secção com dados pessoais, seguindo-se de outra sobre dados gerais da Junta.

Nas secções intermédias do questionário dos Utentes (III e IV), foi mantida também a mesma estrutura do questionário aos Presidentes de Junta tendo sido acrescentado uma secção final (V) referente ao grau de satisfação em relação à Junta, ao seu Presidente e ao Executivo, procurando-se investigar em que medida a população inquirida considerava meritórios os serviços prestados.

Tal como nas questões do grupo cinco do questionário dos Presidentes, também no inquérito aos Utentes foi introduzida uma questão referente aos protocolos celebrados pela ANAFRE e a que algumas Freguesias aderiram.

Para além dos serviços referentes aos três protocolos acima referidos, a terceira parte do questionário dos Utentes inclui também uma lista de doze serviços, os mesmos mencionados nos pontos seis, oito e nove da terceira parte do



questionário dirigido aos Presidentes.

Para conclusão do questionário dos Utentes, e em especial, por vários entrevistados do Continente terem reforçado a natureza diferente do trabalho das Juntas de Freguesia nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, foi realizada uma deslocação a Porto Santo, onde se encontravam Presidentes de Juntas destas regiões e os respetivos Delegados Regionais. O intuito foi realizar entrevistas semiestruturadas a vários Presidentes de Junta e Delegados Regionais da Associação para verificar se as atividades desempenhadas eram ou não semelhantes às verificadas no Continente, fazer a apresentação do projeto, sensibilizar à participação e estimular a sua divulgação. Assim, as 13 entrevistas conduzidas permitiram à equipa triangular a lista de serviços extra prestados pelas Juntas do Continente com aquelas das Regiões Autónomas. Verificou-se que, a maioria dos entrevistados sabia do que se tratava, conhecendo inclusive Juntas que prestavam a maior parte dos serviços elencados. Notou-se, no entanto, que a maior parte dos serviços que a equipa mencionou, tendo por base as Freguesias do Continente, no caso das Regiões Autónomas estavam muito mais centralizados nas Câmaras Municipais e que apenas as Juntas com características mais urbanas prestavam serviços para além das competências próprias.

#### **4. Lançamento dos Questionários e Recolha de Informação**

Para que os inquéritos dirigidos aos Presidentes das Juntas de Freguesia e aos Utentes das Juntas de Freguesia tivessem a qualidade, a representatividade e a máxima garantia de fidedignidade, foi delineada uma estratégia relativamente ao lançamento dos questionários e à recolha de informação, a qual implicou as fases a seguir apresentadas.

##### **4.1. Planeamento da Aplicação dos Questionários aos Presidentes de Junta de Freguesia**

Os questionários destinados a todos os Presidentes de Junta de Freguesias, face ao número de Juntas de Freguesias portuguesas tiveram que ser enviados por via postal, fax e email. Para este efeito, foi utilizada uma Base de Dados constituída por 4207 moradas e códigos postais de todas as freguesias de Portugal. A base de dados em Excel continha os elementos identificativos essenciais das freguesias, tais como: código da freguesia, nome do distrito, nome do concelho, nome da freguesia, morada, número de telefone, número de fax e email.

Inicialmente foram enviados 2234 questionários recorrendo ao serviço postal, contudo para um universo de 1973 freguesias foi necessário efetuar uma pesquisa mais cuidada para recolha de vários elementos em falta, tais como morada, número de telefone e email.

Para que a remessa dos 2097 questionários por email fosse exequível, foram criadas condições informáticas especiais para que os emails enviados não fossem recebidos no destinatário como "publicidade não solicitada".

Salienta-se que, foi também efetuada uma entrega direta complementar de questionários aos autarcas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira num encontro realizado em Porto Santo, como já se referiu. Ao longo de todo o período de aplicação dos questionários foi efetuado um *follow-up* permanente através de telefone, fax e email.

#### 4.2. Planeamento da Distribuição dos Questionários aos Utentes

No que concerne à distribuição dos questionários dos Utentes, foram selecionadas 25 freguesias representativas de todo o território nacional, incluindo Açores e Madeira. Esta seleção, como anteriormente mencionado, teve por base dados estatísticos fundamentados por variáveis demográficas, variáveis socioeconómicas e de estrutura fundiária.

No caso dos Utentes, optou-se pela entrevista presencial. Esta alternativa, implicou um período de formação prévia e um planeamento cuidadoso das deslocações que foram realizadas. A formação transmitida aos entrevistadores consistiu nas fases apresentadas no Quadro 7:

Quadro 7: Formação de Entrevistadores

FASES	Ação Desenvolvida
Fase 0	"Briefing" do projeto e explicitação das características de cada freguesia selecionada.
Fase I	Explicação da estrutura específica dos questionários dos Utentes e da sua interligação com o questionário dos Presidentes de Junta.
Fase II	Simulação da aplicação do questionário.
Fase III	Sensibilização para questões de linguagem, de postura, de atitude, na abordagem aos Utentes.
Fase IV	Definição de estratégias para garantia de que os questionários eram aplicados efetivamente aos Utentes da freguesia selecionada.
Fase V	Sensibilização para algumas reações menos positivas que os entrevistadores poderiam vir a encontrar no terreno.
Fase VI	Divisão dos entrevistadores em equipas de 2 elementos.
Fase VII	Contacto prévio via telefone com as 25 Juntas de Freguesia, para informar da presença dos entrevistadores, solicitando a colaboração na abordagem à população.

### 4.3. Fases de Aplicação de Questionários aos Utentes

Relativamente à aplicação dos questionários aos Utentes, foi estimado entrevistar, sempre que possível, um número superior a 30 Utentes por freguesia. Este número prende-se com a dimensão mínima de amostra sobre a qual é possível utilizar as técnicas de inferência estatística. Apresenta-se no Quadro 8, em síntese, as particularidades mais salientes das entrevistas realizadas.

Quadro 8 - Síntese das deslocações efectuadas

Freguesia	Concelho	Nº. de Entrevistadores	Nº. Questionários
- Oeiras e S. Julião Barra	- Oeiras	2	45
- Nordeste	- Nordeste	2	38
- Povoação	- Povoação	2	40
- Arrifes	- Ponta Delgada	2	50
- Moscavide	- Loures	2	40
- Grândola	- Grândola	2	39
- Altares	- Angra do Heroísmo	2	40
- Vila de Frades	- Beja	2	32
- N.ª. Sr.ª da Conceição	- Angra do Heroísmo	2	25
- Santa Maria	- Lagos	2	34
- N.ª. Sr.ª da Conceição	- Angra do Heroísmo	2	22
- Olhão	- Olhão	2	35
- Mafra	- Mafra	2	44
- Esmoriz	- Ovar	2	36
- Canhas	- Ponta do Sol	2	50
- Mafamude	- Vila Nova de Gaia	2	40
- Leiria	- Leiria	2	33
- Caniçal	- Machico	2	35
- Ferreira do Zêzere	- Ferreira do Zêzere	2	25
- Tebosa	- Braga	2	26
- São Martinho	- Funchal	2	26
- Cabeceiras de Basto	- Cabeceiras de Basto	2	26
- São Martinho	- Funchal	2	24
- Guilhufe	- Penafiel	2	31
- Leiria (reforço)	- Leiria	2	35
- Lousa	- Castelo Branco	2	32
- Macedo de Cavaleiros	- Macedo de Cavaleiros	2	43
- Arcozelo da Serra	- Gouveia	2	38

#### **4.4. Recolha de Informação**

##### **4.4.1. Recolha de Informação dos Questionários dirigidos aos Presidentes**

Para introdução dos dados das respostas aos questionários dos Presidentes de Junta e para o seu posterior tratamento, foi elaborada uma Base de Dados utilizando a aplicação informática IBM Statistical Package for Social Sciences-SPSS.

Para um controlo efetivo dos questionários rececionados, antes de serem inseridos na base de dados principal em SPSS, foi elaborada também uma base de dados de apoio em Excel onde os questionários foram numerados e tipificados.

Na totalidade foram inseridos 483 questionários no continente e 22 de cada uma das regiões autónomas, os quais por motivos de controlo de qualidade, foram registados em duplicado, tendo em vista a minimização dos erros de inserção. Assim, a base de dados original foi duplicada e cada questionário foi inserido duas vezes, tarefa esta executada por operadores diferentes.

Após esse procedimento, procedeu-se à compatibilização dos dados de ambas as bases de dados e criação de uma base de dados única. Para deteção de erros de inserção, nas bases de dados em SPSS, procedeu-se à migração dos seus dados para 2 folhas de cálculo Excel diferentes, e numa folha de Excel intermédia, procedeu-se à comparação dos dados das duas bases de dados, comparação esta que foi realizada através de uma fusão de informação. Foi assim possível verificar qual a diferença entre cada célula homóloga nas duas bases de dados. Sempre que o valor registado na célula da folha de Excel intermédia era "1", significava que existia diferenças nos dados inseridos nas bases de dados, o que provinha de erros de digitação. Se o valor registado na célula fosse "0", significava não existir diferença, não se verificando portanto qualquer incorreção no carregamento.

##### **4.4.2. Recolha de Informação dos Questionários Dirigidos aos Utentes**

O inquérito aplicado aos Utentes das 25 Juntas de Freguesia, foi preparado aquando da sua elaboração para ser digitalizado através de leitura ótica, recorrendo à solução Qualen, tendo como principal finalidade uma minimização dos erros de inserção, bem como uma maior rapidez no tratamento e acesso aos dados recolhidos. Como tal, após a aplicação e digitalização dos 984 questionários, foi construída uma base de dados em suporte IBM SPSS, separada por região territorial.

#### **4.5. Característica das amostra recolhida e sua representatividade - Presidentes**

O questionário foi remetido para os 4066 Presidentes de Junta de Freguesia existentes no Continente, 47 na Madeira e 119 nos Açores. A amostra final válida

utilizada correspondeu às 505 freguesias que, no Continente e nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, responderam ao questionário, tendo-se obtido taxa de respostas de cerca de 12%, 46.8% e 18.5% dos inquéritos enviados para cada uma das regiões respetivamente.

A representatividade de cada uma das amostras teve em conta as características estatísticas (vertentes económica, demográfica, física e social) para as oito e seis variáveis que foram utilizadas para caracterizar os grupos taxionómicos das freguesias do Continente e das Regiões Autónomas.

As características da amostra e da população, no que concerne às variáveis eleitas, têm uma coincidência muito estreita quando são comparadas as estatísticas mínimo, máximo, 1º e 3º quartis, média e mediana, prefigurando para a amostra uma imagem fidedigna do universo.

Ao ser realizada uma Análise de Componentes Principais verifica-se que a maioria da variabilidade constatada é explicada pelas duas primeiras componentes (respetivamente 62% no Continente, 67% na Madeira e 65% nos Açores).

## **5. Resultados Sintéticos da Informação Recolhida**

Neste ponto são de seguida apresentados os resultados sintéticos das respostas aos questionários quer aqueles dirigidos aos Presidentes das Juntas de Freguesia quer aos Utentes das freguesias.

Um primeiro ensaio foi realizado, admitindo cada resposta ao questionário, dirigido ao executivo das freguesias, como um indivíduo caracterizado pela forma como o fez (ou seja cada inquérito recebido é definido por tantas coordenadas quantas as perguntas, sendo o valor de cada coordenada atribuído de acordo com a resposta dada). Na circunstância, realizou-se uma análise de “cluster’s” de forma a verificar se ainda se mantinha a estrutura de grupos atrás descrita. Curiosamente não se verificou qualquer poder discriminativo, o que conduz a uma conclusão que se julga de importância: não existe evidência de atuação diferenciada no que concerne às iniciativas questionadas. Esta constatação deverá conduzir a uma reflexão em conformidade com as características particulares da região (ou grupo) em que a freguesia se insere.

### **5.1 Questionários dirigidos aos Presidentes das Juntas de Freguesia**

#### **5.1.1 Regime de prestação dos membros executivos**

Os Presidentes das Juntas de Freguesia prestam, na grande maioria dos casos, serviço em regime de não permanência. Saliente-se, no entanto, que nos Açores esta percentagem (86%) é maior do que aquela observada no Continente (76%) ou na Madeira (67%). O meio tempo encontra-se situado entre os 14% nos

Açores, os 15% no Continente, sendo cerca de metade do verificado na outra Região Autónoma (28%).

Constata-se que são os grupos com características mais urbanas que optam tendencialmente por um regime mais institucionalizado de permanência do Presidente na Junta (regime de tempo inteiro e meio tempo). Esta verificação poderá encontrar porventura explicação pela acrescida complexidade de funções. O número de horas por semana de trabalho voluntário dedicado por este elemento é, no Continente, para valores superiores a 16 horas, cerca de 47%. Na Madeira e nos Açores, situa-se em 43% e 28% respetivamente. No que concerne à distribuição por grupos, verifica-se que são aqueles com maior pendor urbano que apresentam o mais elevado número de horas semanais em regime voluntário de dedicação.

O Secretário desenvolve as suas funções em regime de não permanência, existindo apenas um valor residual daqueles que utilizam o meio tempo, estes resultados são concordantes nas três regiões. Verifica-se, nos Açores, que o número de horas semanais que este executivo dedica à Junta de Freguesia (em trabalho voluntário) tem maior incidência no intervalo entre as 4 e as 8 horas. Este resultado está em consonância com o apurado na Madeira, mas diverso do verificado no Continente, onde a maior percentagem é localizada entre a 1 e as 4 horas. A tendência apurada é para o Secretário nas Regiões Autónomas dedicar maior período de tempo à sua freguesia do que no Continente.

É interessante observar que a média ponderada de horas semanais de trabalho voluntário que o Secretário disponibiliza por semana, agora enquadrado nos grupos taxionómicos formados, é maior nos Açores (15 horas – grupo 5) quando comparado com a Madeira (13.33 horas – grupo 5) ou o Continente (11.15 horas – grupo 4).

O Tesoureiro, por sua vez, exerce a sua atividade em situação de não permanência, resultado este extensível aos três territórios. No que concerne ao número de horas que dedica à Junta são os intervalos mais baixos (1 – 8 horas semanais) que prevalecem no Continente, na Madeira e nos Açores. Quando são agora analisados por grupo os resultados observados da dedicação semanal, verifica-se que nos Açores, aquele menos desenvolvido (grupo 4) é o que apresenta maior valor (10 horas), aliás resultado em concordância com o número de horas patenteado para o mesmo grupo para o Presidente e Secretário. Curiosamente o resultado menor é apresentado para o grupo com características mais urbanas (2.5 horas – grupo 5), valor este em discordância com aquele apurado no Continente (11.08 horas – grupo 4) e na Madeira (10 horas – grupos 4 e 5).

É possível agora calcularem-se as médias ponderadas de horas semanais de trabalho voluntário que os membros da Junta de Freguesia, no conjunto, disponibilizam semanalmente verificando-se que nos Açores o grupo com maior pendor rural é aquele que mais elevado valor apresenta (37.5 horas), enquanto que o mais urbano (grupo 5) é caracterizado por uma grandeza razoavelmente modesta (29.27 horas) quando comparado com a Madeira (41.33 horas – grupo 5) e Continente (38.06 horas – grupo 4).

### **5.1.2. Quadro próprio e regime de contratação de funcionários**

Na Região Autónoma da Madeira, constata-se que a grande maioria das Juntas de Freguesia possui quadro próprio de pessoal (95% das respostas ao questionário são neste caso afirmativas) resultado este mais baixo no Continente (62% das respostas) e nos Açores (52%). Refira-se ainda que são os grupos com características mais urbanas que revelam possuir uma maior incidência neste tipo de estrutura.

A opção de contratar funcionários é significativamente superior nos Açores (55% das respostas) quando comparada com a Madeira (22%) ou mesmo no Continente (48%). Naquele primeiro território são os grupos 4 e 5 que maioritariamente recorrem a este tipo de acordo, porventura no primeiro caso pela não existência de quadro próprio, o segundo grupo segue de perto o que se verifica no Continente para o grupo 4 (85% de respostas afirmativas). Na Madeira, ao contrário, verifica um resultado baixo para o grupo mais urbano (grupo 5 – 33% de respostas afirmativas).

A alternativa para a recorrência à contratação de serviços à tarefa é de maior valor nos Açores (64% de respostas afirmativas) seguida pelo Continente (45%), sendo a Madeira aquele território em que figura o valor mais baixo (18%). Trata-se eventualmente, de um processo de compensação no que concerne à não existência de quadro próprio. Constata-se que todos os grupos taxionómicos nos Açores recorrem a esta prática o que contraria o verificado no Continente e na Madeira, nomeadamente para os grupos com características mais rurais. A percentagem de respostas afirmativas, agora organizadas por grupo, nos Açores (67% - grupo 5) vai na mesma linha dos resultados expressos no Continente (54% - grupo 4) e em direção contrária à constatada na Madeira (33% - grupo 5).

### **5.2 Questionários dirigidos aos Utentes das Juntas de Freguesia**

Os questionários dirigidos aos Utentes das Juntas de Freguesia incidiram em 25 localidades. O trabalho de campo, como já foi referido, consistiu em entrevista direta com preenchimento do inquérito pelo próprio inquiridor. A escolha das freguesias selecionadas foi concretizada de forma à realidade do país ser convenientemente representada, uma vez que a decisão de visita teve de ser simultaneamente tomada com a altura do lançamento do inquérito aos Presidentes de Junta. Existem assim algumas das freguesias questionadas que não apresentaram respostas por parte dos Presidentes. As distribuições destas pelos grupos taxionómicos foram conforme se apresenta no Quadro 9.

Quadro 9 - Distribuição das entrevistas aos Utentes das freguesias por grupo no Continente

Grupo	Freguesias
1	Vila de Frades, Ferreira do Zêzere, Esmoriz
2	Cabeceiras de Basto
3	Tebosa, Guilhufe
4	Oeiras, Moscavide, Mafamude, Mafra
5	Olhão, Lagos, Leiria
6	Arcozelo, Lousã
7	Grândola
8	Macedo de Cavaleiros

No que concerne à Madeira e Açores a denominação das localidades é apresentada no Quadro 10.

Quadro 10 - Distribuição das entrevistas aos Utentes das freguesias por grupo na Madeira e nos Açores

Região Autónoma	Freguesias
Madeira	Canhas, São Martinho, Caniçal
Açores	Arrifes, Nordeste, N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> da Conceição, Altares, N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> dos Remédios

Nesta circunstância, foram realizadas 984 entrevistas no total, das quais 634 no Continente, 135 na Madeira e 215 nos Açores. Nos pontos seguintes são apresentados os resultados mais salientes com os comentários julgados oportunos.

O grau de satisfação (ou insatisfação) incidiu no conjunto de temas que são apresentados no Quadro 11.



Quadro 11 - Tópicos sobre os quais incidiram os questionários

<b>Tema</b>			
<b>Geral</b>	<b>Específico</b>		
Trabalhos levados a cabo pela Junta de Freguesia	Rede viária		
	Espaços verdes		
	Obras de manutenção nas escolas do 1º ciclo e jardins de infância		
	Gestão e manutenção do mercado e/ou feira		
	Gestão de equipamento municipais		
Serviços desenvolvidos pelas Juntas de Freguesia	Atendimento a desempregados		
	Serviço de posto de correio (CTT)		
	Unidade de inserção na vida ativa		
	Apoio logístico e financeiro a atividades curriculares ou extracurriculares a deficientes e carenciados		
	Apoio na aquisição de livros e material pedagógico para escolas do 1º ciclo e jardins de infância		
	Cursos		
	Transportes	Escolares	
		Atletas	
		Idosos	
		Doentes	
	Apoio	Jurídico	
Psicológico			
Assistente social			
Outros serviços	Suporte às famílias		
	Informação	Através da página Web da Junta de Freguesia	
		Por meio da revista/boletim da Junta de Freguesia	
	Promoção de atividades extracurriculares		
	Atividades de lazer		

No que concerne ao primeiro tópico (trabalhos levados a cabo pelas Juntas de Freguesia) verificou-se que a maioria das respostas para as três regiões indica um nível de satisfação significativo em relação à atividade das Juntas de Freguesia nas áreas de conservação da rede viária, da conservação dos espaços verdes, higiene urbana, de obras nas escolas e jardins de infância, gestão e manutenção dos mercados e/ou feiras e dos equipamentos municipais. A maior parte dos Utentes revela ter conhecimento da atividade das Juntas de Freguesia na conservação de rede viária, dos espaços verdes e higiene urbana. As restantes ações apresentam um grau de conhecimento muito inferior. Este resultado é comum ao Continente, à Madeira e aos Açores.

O grau de insatisfação mais significativo a nível agregado é verificado no Continente (cerca de 20% das respostas) e refere-se à higiene urbana.

No Continente, e ao serem observados os resultados por grupo, verifica-se uma tendência significativa para os conjuntos com características mais urbanas (grupos 4 e 5) apresentarem os mais significativos níveis de insatisfação para a quase totalidade de atividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia.

Ao serem consideradas as respostas para o segundo tópico geral, verifica-se que existe uma tendência generalizada para uma satisfação marcada em relação aos serviços desenvolvidos no âmbito das Juntas de Freguesia, verificando-se um grau superior, na generalidade dos casos, observado nas Regiões Autónomas quando comparado com os resultados observados no Continente. O grau de conhecimento dos Utentes por estes serviços é baixo (situando-se a nível nacional sempre inferior aos 50%), saliente-se os resultados reduzidos determinados para a unidade de inserção de vida ativa (10.6%), o apoio psicológico (13.7%) e o apoio jurídico (10.6%), o que revela um desconhecimento apreciável da ação das Juntas de Freguesia no âmbito particular dos serviços que prestam à população. Os graus de insatisfação mais salientes foram observados no apoio a deficientes e carenciados no Continente, no atendimento a desempregados e unidade de inserção de vida ativa na Madeira e no apoio psicológico nos Açores, o que leva a uma reflexão cuidada sobre os temas.

Ao serem analisados os resultados no Continente por grupo, é de revelar a persistência de percentagens apreciáveis de não satisfação, na generalidade dos casos, expressa nos grupos com características mais suburbanas (grupo 1) ou profundamente rurais (grupo 6) para alguns dos serviços considerados fundamentais nestas áreas.

No que concerne aos outros serviços prestados pelas Juntas de Freguesia, o grau de satisfação é manifestamente superior aquele revelado de insatisfação. As atividades mais conhecidas maioritariamente pelos Utentes são as de lazer (78.23%) e apoio à família (63.9%), apresentando-se as restantes inferiores a 40%, verificando-se o valor mínimo para a página da Web (22.9%). Releve-se o facto do serviço referente às atividades de lazer revelar o maior valor de conhecimento por parte dos inquiridos em relação a qualquer trabalho ou serviço prestado pelas Juntas de Freguesia.

Foram de seguida questionados os Utentes sobre a atuação dos órgãos executivos e importância das Juntas de Freguesia, nomeadamente nos seguintes pontos:

- Desempenho do Presidente e dos restantes membros do executivo das Juntas de Freguesia.
- Contributo da Junta de Freguesia para o desenvolvimento local.
- Necessidade dos serviços prestados.
- Grau de satisfação geral sobre o desempenho das Juntas de Freguesia.

Em síntese, é importante salientar que a maioria dos entrevistados apresenta uma opinião muito satisfatória sobre o desempenho do Presidente da Junta e do restante executivo. Saliente-se, no entanto, que o nível de agrado é superior nas Regiões Autónomas. No que concerne à ação do Presidente, o grau de satisfação na Madeira e nos Açores é inferior ao verificado no Continente, situação contrária ao pendor geral das restantes questões do questionário onde os resultados são na generalidade sempre superiores.

No caso do Continente, por grupos, o resultado é também predominante no sentido de uma opinião satisfatória em relação às aludidas anteriormente. É, no entanto, relevante verificar que se observam opiniões contrárias às expressas anteriormente nos grupos com cariz mais urbano (grupos 1 e 4).

A importância da Junta de Freguesia para o desenvolvimento local e da necessidade dos serviços prestados é considerada de forma muito clara por todos os entrevistados. São no entanto os grupos mais urbanos do Continente que expressam de forma mais saliente em sentido contrário (embora com valores apenas marginais).

O grau de satisfação geral sobre o desempenho das Juntas de Freguesia é maioritariamente, na opinião dos inquiridos, satisfatória, mais uma vez são os grupos 1 e 4 no Continente que expressam um número com algum significado em sentido contrário.

## 6. Conclusões

Torna-se agora possível em face aos resultados constatados retirar as seguintes conclusões:

- Reconhece-se de forma inquestionável o notável trabalho desenvolvido pelos executivos das Juntas de Freguesia, mas a sua diferenciação em termos de atuação é limitada. Esta circunstância é atestada pelo grande desconhecimento demonstrado pela população local de parte da ação das autarquias e por os quadros próprios ou contratos efetuados incidirem sobretudo em pessoal de natureza administrativa ou menos diferenciado. Saliente-se que a conclusão é suportada cientificamente, uma vez que não se verifica uma discriminação estatística no que concerne às respostas da-

das ao questionário dirigido aos Presidentes da Junta de Freguesia. Esta normalização é contrária às singularidades do poder local, revelando, porventura, um desajuste ou uma deficiência entre o que é praticado e o que é mais necessário para as populações, uma vez que como se referiu, foram identificados oito grupos no Continente e cinco em cada uma das Regiões Autónomas com características claramente distintas, exigindo planos de atuação muito diversos.

- O nível de diversificação de atividades ou serviços a nível local é diverso, já que as disponibilidades horárias de dedicação dos membros executivos das Juntas na gestão são diferentes. Verificam-se períodos de tempo desiguais, observados no Continente e nas Regiões Autónomas, apresentando as localidades com características mais urbanas, valores de envolvimento com maior significado.
- A maioria da população local demonstra um grau de satisfação elevado em relação aos trabalhos desenvolvidos pelas Juntas de Freguesia. As atividades são, no entanto, em número reduzido (conservação viária, espaços verdes e higiene urbana), evidenciando, como já se referiu, uma falta de conhecimento notória da ação completa desenvolvida pelas Juntas de Freguesia. Este grau de satisfação é, no entanto, geralmente menor no Continente do que o observado nas Regiões Autónomas. Os grupos com particularidades mais urbanas são aqueles onde o grau de insatisfação expresso é maior.
- O desconhecimento da população local em relação a outros serviços promovidos pelas Juntas de Freguesia, com exceção das atividades de lazer e de apoio à família, é marcante. Refiram-se a título de exemplo os itens relativos à inserção na vida ativa e apoio psicológico onde apenas 10.6% e 13.7% dos entrevistados revelam saber da sua existência.
- Os graus de insatisfação expressos com significado incidiram no apoio a deficientes e carenciados, no Continente, apoio a desempregados e UNIVA na Madeira e apoio psicológico nos Açores. Esta constatação poderá encontrar explicação, porventura, na escassez de meios ou competências disponibilizadas.
- A opinião das populações locais é favorável à atuação dos seus Presidentes de Junta, apresentando níveis praticamente idênticos no Continente, Madeira e Açores. Verifica-se, no entanto, uma opinião mais favorável em relação aos restantes membros do executivo da Junta quando comparada com aquela observada para o Presidente, nos Açores e na Madeira, revelando possivelmente uma maior identificação da população em relação a estes.
- A importância das freguesias como pólo de desenvolvimento local e os serviços por elas prestadas são inquestionáveis na opinião das populações locais.

O presente trabalho representa naturalmente uma primeira investigação

que permite dar a entender a forma de funcionamento das freguesias do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. A ação do poder local é ainda conhecida através das opiniões expressas pelos utentes, para os quais são dirigidos a totalidade dos serviços disponibilizados, permitindo avaliar da sua relevância. Os autores julgam, como referem, que qualquer racionalização administrativa deverá ter em conta critérios claros na sua base, pensando que com este trabalho se poderão abrir novas perspetivas de investigação, não só relativas à reorganização da divisão administrativa do poder local, como na definição das atribuições e ações junto das populações, bem como na determinação da estrutura adequada de suporte financeiro a estabelecer.

A relevância da ação das Juntas de Freguesia junto das populações não poderá ser posta em causa, julga-se no entanto, que perder a oportunidade de se realizar uma reforma administrativa suportada poderá ser uma possibilidade que dificilmente será recuperada em anos vindouros, isto no caso das premissas de base não serem suficientemente sustentadas.

## **Bibliografia**

- GLASER, B.; Strauss, A. (2002), *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, Chicago, Aldine.
- HILL, M.; Hill, A. (2002), *Investigação por Questionário*, Lisboa, Edições Sílabo.
- ST'AUBYN, A.; Lopes, J. A. A.; Matos, J. L.; Justo, J. M. (2011), *Análise Taxonómica das Freguesias Portuguesas*, Lisboa, Lusíada Economia&Empresa, II Série, nº 13, pgs. 184/220.

## **Agradecimentos**

Os autores agradecem a toda a equipa do projeto "Trabalho da Freguesia-Análise e Resultado" cujo trabalho e colaboração tornaram possível a redação deste artigo. O seu reconhecimento é igualmente extensível à Direção da ANA-FRE que, através do seu envolvimento pessoal e de financiamento, tornou exequível este desenvolvimento.